



Organizadores

Cristiano Quaresma de Paula e Cláudia Luísa Zeferino Pires

Dirce Suertegaray

a geógrafa
na fronteira
do pensamento



Professora Dirce Suertegaray



*Dirce e seus filhos
André Luís, Rafael e Máira*



*Dirce e suas netas
Anahí e Dandara*

*Dedicamos esse livro à Geógrafa
Dirce Maria Antunes Suertegaray,
em celebração aos seus 70 anos de vida.*

Organizadores

Cristiano Quaresma de Paula e Cláudia Luísa Zeferino Pires

Dirce Suertegaray,

a geógrafa

na fronteira

do pensamento

Editora IGEO UFRGS



GEOCIÊNCIAS

2020

1ª Edição - 2020

ISBN: 978-65-86232-42-4

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, sem autorização expressa dos autores ou da editora. A violação importará nas providências judiciais previstas no artigo 102, da Lei nº 9.610/1998, sem prejuízo da responsabilidade criminal. Os textos deste livro são de responsabilidade de seus autores.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL**

Reitor

Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora

Jane Fraga Tutikian

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

Diretor

André Sampaio Mexias

Vice-Diretor

Nelson Luiz Sambaqui Gruber

POSGEA

Coordenadora

Cláudia Luísa Zeferino Pires

Coordenador Substituto

Paulo Roberto Rodrigues Soares

EDITORA IGEO UFRGS

Editor

Cristiano Quaresma de Paula

Revisão Técnica

Cláudia Luísa Zeferino Pires

Capa

Cristiano Quaresma de Paula

by Foto-Mosaik-Edda

DIRCE Suertegaray, a geógrafa na fronteira do pensamento. / Organizadores: Cristiano Quaresma de Paula; Cláudia Luísa Zeferino Pires. - Porto Alegre : IGEO/UFRGS, 2020. 358 p.

ISBN: 978-65-86232-42-4

1. Geografia. 2. Geógrafa. I. Paula, Cristiano Quaresma de. II. Pires, Cláudia Luísa Zeferino. III. Título.

Catálogo na Publicação

Biblioteca Instituto de Geociências - UFRGS

Renata Cristina Grun

CRB 10/1113

Faces da natureza socializada a Geografia como necessidade¹

Sinthia Cristina Batista

*Nada é impossível de mudar
Desconfiai do mais trivial,
na aparência singelo.
E examinai, sobretudo,
o que parece habitual.*

*Suplicamos expressamente:
não aceiteis o que é de hábito
como coisa natural,
pois, em tempo de desordem sangrenta,
de confusão organizada,
de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada,
nada deve parecer natural
nada deve parecer impossível de mudar.*

Bertolt Brecht

1. A leitura aqui apresentada foi enriquecida pela entrevista realizada com a homenageada, Profa. Dirce Suertegaray, em Porto Alegre no dia 19 de maio de 2019.

Créditos da transcrição da entrevista: Karen Dufloth, a quem deixo meus sinceros agradecimentos.

Janus², divindade romana, era estrangeiro, bifronte. Suas duas faces não representam na mitologia romana a dicotomia, e, para Freud,³ a coexistência dos contrários representa a própria imagem do inconsciente: onde não há negação absoluta, nem eliminação, há conflito e potencialidade de superação de um entendimento ou ação. Para os romanos, essa divindade amplia a capacidade de atentar-se às passagens e às transformações, portanto é capaz de olhar ao mesmo tempo para o passado e para o futuro, logo **transitar e transfigurar**. O tempo em Janus é coexistência, acúmulo, amálgama dos propósitos e das proposições, refere-se, assim, aos portais: origens, escolhas e realizações.

Nesta breve homenagem, o alcance do trabalho da professora, geógrafa, Dirce Suertegaray assemelha-se à potência de Janus, uma vez que revela uma trajetória intelectual e interpretativa marcada por questionamentos incessantes e afirmações contundentes: clássicas e

2. Um dos deuses mais antigos do panteão romano, considerado um deus primordial. Uma das versões sobre sua origem conta que é filho de Apolo e Creusa e que, ainda jovem, seguiu com uma extensa frota saindo da Tessália até a região do Lácio, na Itália. Casou-se com Camese e ergueu uma cidade no alto da colina, chamada Janícula. Diz-se que seu reinado foi de paz, considerado como a era de ouro da região. Janus acolheu Saturno quando este foi expulso da Grécia por Júpiter e como recompensa recebeu o poder de conhecer o passado e o futuro. Somente após sua morte foi considerado uma deidade, o deus de todas as portas, porteiro celestial representado por duas cabeças, simbolizando começos e términos, paz e guerra. Aquele que protege o início e o fim de tudo.

Fontes: PEDROSO, L. C. Janus, deus romano do passado e do futuro. **Blog Construindo História Hoje**. 23 mar. 2013. Disponível em: <<https://construindohistoriahoje.blogspot.com/2013/03/janus-deus-romano-do-passado-e-do-futuro.html>>. Acesso em 05 fev. 2020.

VILLELA, K. Janus e o início de um novo ciclo. Instituto Jungiano de Ensino e Pesquisa. 15 jun. 2019. Disponível em: <<https://ijep.com.br/artigos/show/janus-e-o-inicio-de-um-novo-ciclo>>. Acesso em: 05 fev. 2020.

3. SILVA, G. L. da. **Janus petrificado: autoridade, alteridade e estados normopáticos**. 2014. 196 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/211/1/gilberto_lucio_silva.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2020.

revolucionárias, sempre em debate, mas também em diálogo. Dito em muitos e diversos momentos por ela mesma, os diálogos que realiza são parte essencial de um caminho que a professora faz, ao caminhar, buscando ampliar seus horizontes, sem reducionismos ou encantos que desvirtuem a originalidade de seus questionamentos.

Autonomia, liberdade e criticidade constituem referências centrais deste caminhar, em busca do compromisso e coerência filosófica e política, ao colocar a Geografia no mundo (por se tratar de uma ciência conjuntiva em momentos de disjunção) e o mundo na Geografia (pela necessidade concreta da conjunção e articulação entre as ciências humanas e as ciências da natureza, neste tempo histórico de fragmentação). A conjunção científica é apontada não como possibilidade idealizada na obra desta geógrafa, mas como necessidade explicativa e de enfrentamento de um processo de socialização da natureza que se transmuta e se coloca, ao mesmo tempo, como possibilidade de criação e destruição do processo de humanização do próprio homem.

Produto do avanço do debate geográfico, seu trabalho intelectual é fundamentado no profundo conhecimento de diferentes perspectivas de pensamento na da geografia e na franca interlocução com teóricos que discutem a geografia, a natureza e a questão ambiental. Esse caminho revela as faces de Janus, olhando para dentro e para fora; um caminho centrado no encontro da história da natureza e da história da sociedade em conflito e em tensão, que, na constituição da natureza e do espaço como híbridos, torna-se um movimento metodológico e teórico capaz de provocar e contribuir com o debate necessário à Geografia no Brasil.

Portanto, o desafio da presente reflexão é capturar o movimento deste caminhar, pensar e trabalhar, objetivando situar questões atuais (e centrais) para a Geografia Brasileira no que diz respeito ao debate ambiental, de uma contribuição sobre um entendimento de Geografia e de Ambiente, sem desvirtuar a riqueza dos diálogos travados pela autora, tampouco homogeneizar suas compreensões.

As faces de Janus: Geomorfologia, Geografia Física e Geografia

Duas chaves são importantes para capturar o trabalho intelectual de Dirce Suertegaray: as travessias (trânsitos) e as interlocuções (transmutações e transfigurações), que colocam em movimento um trabalho realizado a partir de uma tríade fundamental: a geomorfologia, a geografia física e a geografia. Nesta oportunidade, estes termos não serão discriminados como diferentes campos científicos, mas como movimento de método, parte de um processo na produção do conhecimento. É um risco, mas, de fato, quaisquer reflexões sobre sua obra não se darão sem riscos.

Formada no seio do positivismo, Suertegaray assume como perspectiva de trabalho acadêmico investigar e compreender a “natureza” e “sua relação com a sociedade” por meio da “leitura” da geografia. Seu entendimento parte de uma Geografia Clássica que naquele momento esforçava-se por separar o que estava conjugado, compreendendo a natureza como externalidade. Neste contexto, a geógrafa situa o relevo como objeto de análise e sua origem como necessidade da interpretação, desenvolvendo assim uma **leitura geomorfológica** pautada na necessidade da apropriação/dominação da natureza pelo homem.

Este percurso provocou questionamentos sobre o distanciamento dos entendimentos sobre a “natureza” e a “sociedade” ao estabelecer uma relação sem “conexão”, demarcando para a geógrafa a relevância da geografia como campo do conhecimento conjuntivo. Ao estabelecer uma interlocução com a biologia, a pesquisadora encontrou um locus teórico capaz de problematizar “organização e gestão” da natureza (caótica) sistemicamente, que por sua vez pode “auto organizar-se e autogerir-se”, questionando o sistemismo que incute à **Geografia Física** a responsabilidade de propor “mecanismos de controle” a partir da explicação das formas (e fenômenos) de interação entre a sociedade e a natureza.

Desse modo, seus trabalhos de pesquisa e sua atuação no debate político sobre a questão ambiental no Rio Grande do Sul, sobretudo na fronteira oeste, conduzem ao entendimento de que os mecanismos de controle se configuram como políticas, portanto, a apropriação/dominação, o controle, a gestão e a produção da natureza se realizam pelo trabalho do homem, que, por sua vez, produz a transfiguração. Torna-se, então, fundamental compreender o processo de socialização da natureza, e a Geografia coloca-se como necessidade.

Geomorfologia e a paisagem: centralidade metodológica da unidade geomorfológica

Licenciada em geografia entre o final dos anos 1960 e o começo dos anos 1970, Dirce Suertegaray aprendeu geografia a partir dos preceitos da “Geografia clássica”, que em conflito com o modo pelo qual institucionalizava-se o conhecimento científico disciplinar fundamentado no método positivista em processo de análises cada vez mais parcelares -realizava-se na prática como uma ciência em busca das sínteses, neste momento preocupada com a relação entre o homem e o meio.

Os estudos sobre a natureza, para boa parte dos geógrafos da época, consistiam em estudos da natureza em si, externa ao homem, entendida em separado de tudo aquilo que é elaboração humana. Por um lado, o arrazoado minuciosamente descritivo das dinâmicas da natureza; por outro a indicação da sociedade que vivia sobre aquele espaço físico. Um entendimento de que o homem poderia ser determinado pela natureza e/ou “determiná-la”, a depender do nível de seu processo civilizatório, o homem bruto – natureza selvagem (como os indígenas) - ou o homem civilizado – moralmente evoluído e que aprendeu a controlar as forças da temida natureza, natureza agora dominada – subjazia a esses estudos.

Este fazer geográfico apresentava-se como minucioso, descritivo e focado em problemas sobre a situação, localização e organização da natureza e homem em separados, contraditoriamente uma relação “sem conexão”, delimitando a noção de paisagem como central para a investigação geográfica, situada como estratégia metodológica fundamental: “De uma perspectiva clássica, os geógrafos perceberam a paisagem como a expressão materializada das relações do homem com a natureza num espaço circunscrito. Para muitos, o limite da paisagem atrelava-se à possibilidade visual”⁴.

No seio desta geografia, Dirce Suertegaray encontra-se com Carl Troll que aponta um caminho para superação da contradição vivida pela Geografia Clássica: uma ciência de síntese centrada na preocupação da relação entre homem e meio, sem interpenetrações entre as diferentes partes. Troll estabelece a paisagem como unidade espacial capaz de fazer convergir as observações dos diferentes fenômenos em interação de modo a “tornar compreensível a concordância casual de suas diferentes partes”, indicando algo mais do que a soma dos objetos identificados pela forma. Supera-se, desse modo, a noção de área como delimitação alijada do conteúdo espacial: “Quando se analisa a estrutura interna da paisagem apreende-se a lógica que é atribuir-lhe um caráter de conjunto, de totalidade”⁵.

Não obstante, é importante frisar que geógrafos também consideraram paisagem para além da forma. Troll (1950), ao referir-se à paisagem, concebia-a como o conjunto das interações homem e meio. Tal conjunto, para o autor, apresentava-se sob dupla possibilidade de análise: a da forma (configuração) e da funcionalidade (interação de geofatores incluindo a economia e a cultura humana). Para ele, paisagem é algo além do visível, é resultado de um processo de articulação entre os elementos constituintes. Assim, a

4. SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço geográfico uno e múltiplo. **Scripta Nova**: revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, 2001, p. 4.

5. TROLL, C. A paisagem geográfica e sua investigação. **Revista Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 4, 1997 [1950]. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6770/4823>>. Acesso em: 06 jan. 2020, p. 7.

paisagem deveria ser "estudada na sua morfologia, estrutura e divisão além da ecologia da paisagem, nível máximo de interação entre os diferentes elementos". Esta análise, em sua visão, poderia ser de ordem exclusivamente natural (paisagens naturais) ou de ordem humana (paisagens culturais).⁶

A centralidade da paisagem compromete a geografia com a realidade espacial, no entanto neste momento não se questionou os preceitos pelos quais se dariam esta compreensão, tampouco articulasse aos conteúdos sociais. Ainda que Carl Troll tenha avançado no sentido de colocar esta paisagem em movimento, o caminho percorrido é o de pensar a dinâmica da natureza e a convergência das diferentes interações considerando a ecologia e o homem. Para muitos geógrafos, permanece a **unidade geomorfológica** (um morro, uma vertente, um vale, entre outros) como referência espacial, para compreender sua dinâmica e apropriação/dominação da natureza. Na leitura de Carl Troll, para a planificação regional, há o ecótopo, que é também uma unidade de paisagem, espacial. Segundo o autor,

[e]stas células, os ecótopos, entendidas como divisões mínimas da paisagem geográfica, não são importantes somente no trabalho científico da geografia, mas também ao expressar a distribuição dos diversos elementos das paisagens, tem uma grande importância prática. O engenheiro florestal necessita deles para avaliar o crescimento das massas florestais e para delimitar e medir os setores homogêneos das mesmas. O pedólogo necessita deles para apreciar a qualidade dos solos cujas características mudam em distâncias reduzidas. A cartografia da vegetação, a hidrologia, a parasitologia e a saúde pública, quer dizer, todos os ramos da planificação regional, têm neles a sua base mais rigorosa. Portanto, não é de se estranhar que diferentes ciências tenham chegado às mesmas conclusões sem terem contato entre si.⁷

Este entendimento parece estar presente na pesquisa de mestrado⁸ de Suertegaray, intitulada *A atividade humana como processo*

6. SUERTEGARAY, loc. cit...

7. TROLL, op. cit, p. 5.

8. Ainda que não apareça explicitamente a referência a Carl Troll no artigo publicado a partir do trabalho de mestrado de Suertegaray, este entendimento está presente em sua compreensão.

geomorfológico: o exemplo da bacia do rio Toropi - RS, 1981". Neste trabalho, a autora⁹ parte da análise de uma unidade geomorfológica, a bacia do Rio Toropi/RS, e problematiza o fato de que para se discutir a dinâmica da erosão nesta unidade é central alcançar o processo pelo qual se estabelece a relação entre o homem e a natureza.¹⁰

Sua investigação torna evidente que o homem age geomorfológicamente, a partir do trabalho, estabelecendo um caminho para discutir a relação entre sociedade e natureza, não mais homem e meio. Portanto se observa um avanço neste estudo, que demarca o homem como um ser social e não como determinação natural.

Ao problematizar a atividade humana como um processo geomorfológico, Dirce compreende a relação entre os processos erosivos na bacia do rio Toropi e o trabalho dos pequenos produtores rurais, camponeses que historicamente ocuparam uma escarpa do planalto nesta região em decorrência do processo de colonização. Abarca, dessa forma, determinações sociais, negligenciadas na maior parte das análises geomorfológicas da época: "é feita uma análise da

9. SUERTEGARAY, D. M. A. A ação antrópica como agente geomorfológico: um estudo na bacia do rio Toropi – RS. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, p. 10-17, maio 1983. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37646/24296>. Acesso em: 27 out. 2019.

10. Em entrevista concedida em maio de 2019, Dirce declara sua inquietação desde os tempos de graduação: se a Geografia é uma ciência de relação, como articular o homem e o meio, se os currículos de geografia ensinam em separado os campos do conhecimento da natureza e da sociedade? A articulação deveria se estabelecer nas disciplinas regionais, no entanto, também nas disciplinas de regionalização primeiro se estudava a natureza e depois a sociedade. Qual é o caminho para a conexão? Desde então os caminhos das pesquisas foram trilhados em busca desta conexão, no entanto, fortalece-se a busca e o encontro desta articulação na experiência de trabalho e estudos na antiga FIDENE, hoje Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI), na época importante espaço progressista e de resistência política ao regime militar. Ocorreu nesta universidade o encontro com a leitura de Marx e outros autores marxistas, problematizando a formação inicial focada em uma Geografia Positivista, subsidiando as questões colocadas nas pesquisas de mestrado e doutorado.

atuação antrópica, enquanto desencadeadora de "erosão epidérmica" através do desenvolvimento da atividade agrícola. A análise visa detectar a erosão enquanto decorrência, não somente das relações diretas homem x natureza, mas mais especialmente enquanto decorrente de fatores sociais".¹¹

Desde os primórdios da busca pela "conexão" entre a sociedade e a natureza, Dirce Suertegaray define os elementos centrais de uma leitura profundamente materialista: a ação humana, "por meio" do trabalho, os processos da "primeira natureza" e as relações sociais determinadas nestas práticas. Confronta, assim, os pressupostos centrais do positivismo e dá início à discussão sobre o processo de socialização da natureza.

Na análise aqui engendrada, entende-se que a autora supera a geomorfologia como centralidade, questionando a limitação da análise descritiva e a estratégica metodológica sob a égide das unidades geomorfológicas como células analíticas. Suertegaray identifica que restringir-se ao entendimento das dinâmicas da paisagem não é suficiente para responder às questões geográficas que se colocavam: a erosão é um problema para o homem e para a natureza? A erosão é decorrente de uma relação imediata entre o homem e a natureza, ou seja, o "mau uso" da natureza pelo homem é que acelera os processos erosivos? Dessa forma, explicita como as relações sociais estão implicadas nestas questões, apontando para o imbricamento destes processos (sociais e naturais) com a política de modernização agrícola no Estado do Rio Grande do Sul:

Enfim, o pressuposto básico da dissertação é: "O homem, através de suas atividades agropastoris, intensifica os processos naturais de degradação, e, conseqüentemente favorece a erosão epidérmica"; porém esta intensificação não advém exclusivamente da iniciativa do agricultor ao trabalhar a terra, mas principalmente devido à especificidade da política agrícola, que, em última instância, determina a forma como se dá a prática agrícola, bem como os limites para a sua modernização.¹²

11. SUERTEGARAY, 1983, p. 10.

12. SUERTEGARAY, loc. cit.

Sobretudo, a geógrafa percebe que não há isonomia técnica, tampouco neutralidade científica:

Na atualidade, estas são áreas de exploração intensa do solo, porém apresentam baixo rendimento. A exploração intensa decorre da especificidade de prática agrícola no país, onde a terra é a principal forma de apropriação e acesso a outras formas de riqueza; aliada à política de modernização agrícola do Estado (veiculada através do crédito rural e fixação de preços mínimos) que, em última instância, beneficiam apenas o grande proprietário". Essa situação (exploração intensa) gera uma baixa produtividade nas pequenas unidades de produção, na medida em que a exploração intensa de áreas exíguas acarreta o esgotamento do solo e conseqüentemente o crescimento lento da agricultura, questões estas associadas, logicamente, à redução do rendimento do camponês. Isto, por sua vez, faz da expansão da área agrícola e a da reprodução de cultivos com instrumentos disponíveis a forma de compensação dos rendimentos individuais.¹³

Dessa maneira, constata-se que é preciso **superar a unidade geomorfológica** como o problema a ser enfrentado e circunscrever a relação entre sociedade e natureza como os modos pelos quais o homem, ao dominar a natureza, altera esta dinâmica, é preciso, em suma, **alcançar os processos sociais, econômicos e políticos** como produtores da natureza. Afinal: "a intensificação dos processos de degradação não decorre somente da forma como o agricultor trabalha a terra. Decorre principalmente da forma como ocorreu a ocupação do espaço e da forma como se deu a transformação agrícola da região. Estes fatores favorecem o desenvolvimento de uma prática agrícola degradadora do meio ambiente".¹⁴ A pesquisa de Suertegaray sugere claramente que o avanço da compreensão geográfica nesta direção exige pensar os conceitos/noções e entendimentos sobre a natureza. Emerge, então, a necessidade de se pensar as múltiplas determinações da natureza neste tempo histórico.

13. SUERTEGARAY, loc. cit.

14. Ibid., p. 11.

Geografia Física: as interações e o sistema

A partir dos anos 1980 a “Teoria dos Sistemas” apresenta-se como a perspectiva de articulação entre as dinâmicas da natureza e da sociedade na realização da Geografia Física. Sob a égide do neopositivismo, as interações entre os diferentes campos do conhecimento sobre a natureza (climatologia, geomorfologia, pedologia, biogeografia, entre outros) permitiriam estabelecer uma relação entre si e ir ao encontro da relação com a sociedade. No entanto, esta perspectiva não superou a dicotomia entre uma geografia física e outra humana, tampouco constituiu no seio da Geografia Física uma teoria explicativa no âmbito das ciências da natureza. Trata-se de um contexto que encoraja Suertegaray¹⁵ a questionar os limites de uma teoria que não alcança uma compreensão geográfica sobre a relação entre sociedade e natureza.¹⁶

Ao vivenciar a emergência do debate ambiental, em especial no estado do Rio Grande do Sul, a problemática do processo de “desertificação” impulsionará a pesquisa sobre os areais, que por sua vez forja a noção de arenização, culminando na tese de doutorado intitulada: *A trajetória da natureza: um estudo geomorfológico sobre os areais de Quaraí*,¹⁷ de 1988.

Duas motivações para a realização deste trabalho merecem destaque: a urgência de entrar geograficamente no debate alardeado

15. SUERTEGARAY, D. M. A. *A trajetória da natureza: um estudo geomorfológico sobre os areais de Quaraí – RS: uma síntese*. Boletim Gaúcho de Geografia, Porto Alegre, n. 17, p. 16-31, out. 1989. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38002/24484>. Acesso em: 27 out. 2019.

16. Ainda que o caminho trilhado não seja linear, constata-se que, no mestrado de SUERTEGARAY (1983), a perspectiva teórica assumida fundamenta-se na teoria geossistêmica em diálogo com importantes contribuições de leituras marxistas como assinalado anteriormente. Já na tese de doutoramento, explicita-se o questionamento sobre a pertinência de respaldar-se na teoria dos sistemas como caminho metodológico capaz de colocar em um patamar profundamente crítico a relação entre sociedade e natureza frente à questão ambiental, problemática enfrentada.

17. SUERTEGARAY, op. cit.

pela mídia sobre a expansão da agricultura comercial ampliando as áreas de cultivo de soja no RS; e a aproximação com a realidade da área de pesquisa, sua terra natal Quaraí, sobre a qual Dirce Suertegaray apresenta um conhecimento histórico profundo, constituindo uma oportunidade concreta para trilhar um caminho de entendimento conjuntivo, dialético.

Concebe-se para fins deste estudo, a **unidade contraditória** do homem com a natureza, concebe-se na degradação ambiental uma expressão da natureza que só pode ser compreendida se referenciada à sociedade. Com isto quer-se dizer que a natureza, enquanto tal, vem apresentando atualmente, uma dinamicidade que, se analisada do ponto de vista antropocêntrico, tem sido a cada dia mais prejudicial à vida desta espécie (homem). Procura-se nortear esta investigação em dois níveis: ao nível da natureza propriamente dita e ao nível da relação natureza x sociedade. **Nos dois níveis pretende-se a ruptura com a ideia de dinamicidade funcional e a-histórica.**

Indicar uma ruptura “com a ideia de dinamicidade funcional e a-histórica” é claramente questionar a perspectiva sistêmica. Ao contestar a noção de desertificação como suficientemente explicativa sobre o avanço das areias na região, Dirce indica que não se trata de um fenômeno climatológico por excelência, ou da articulação de diferentes fenômenos climatológicos e geomorfológicos; tampouco se trata de compreender os processos de degradação da natureza realizados pela relação entre uma unidade geomorfológica determinada e uma ocupação humana que realiza seu mau uso. Para além dessas questões é preciso compreender o contexto histórico e político sobre a expansão econômica local que produz uma outra natureza.

Seu trabalho, apesar de não estabelecer uma relação dita orgânica com os movimentos sociais e a ação política partidária da esquerda, realizou-se como práxis, uma vez que na relação entre o debate acadêmico e político a questão da arenização sai da esfera do domínio teórico da “Geografia Física” e passa a permitir os embates políticos e econômicos no Estado do Rio Grande do Sul, questionando

concretamente se podemos atenuar a questão ambiental, uma contradição secundária. Em entrevista de 2019,¹⁸ Dirce Suertegaray evidencia isso.

Eu estive mais de uma vez na assembleia legislativa pra discutir, fui pro embate com os empresários, na época, da silvicultura, fui pra um grande evento Movimento Sem Terra porque eles lutavam pela terra enquanto direito social (...) Eu fui aí, esse auditório cheio de gente, pra discutir. Depois eu fui lá num acampamento numa cidadezinha onde mais de 60% do município já era produção de eucalipto e eles estavam tendo problemas seríssimos do ponto de vista até da produção e do ambiente, por que como em 60% da área do município era cultivado eucalipto, os animais não tinham mais onde comer, eles vinham comer nas áreas de assentamento e consumiam a produção deles... (O debate) é político e a arenização se mostrou como política também, no Rio Grande do Sul, porque a gente sempre foi chamado, eu fui pro embate na televisão (...) discutir sobre a questão do eucalipto nessas regiões.

Nesse momento histórico, de fortalecimento da chamada “Geografia Crítica”, discutia-se a validade da geografia em debruçar-se criticamente sobre os estudos da natureza, uma vez que para muitos geógrafos críticos a questão ambiental era colocada com uma contradição secundária, sendo a própria Dirce aconselhada a “fazer sua geomorfologia e deixar esse debate”¹⁹. No entanto, já influenciada pelo debate marxista, a pesquisadora encontra-se com a Ideologia alemã²⁰ de Marx e Engels, transformando profundamente a concepção de natureza assumida por ela até o momento.

18. Entrevista realizada em Porto Alegre no dia 19/05/2019.

19. Informação dada em entrevista.

20. Esta transformação da noção do conceito de natureza não é recorrentemente apresentada em seus textos utilizando-se a ideologia alemã como referência central, mas está referenciada em tese de doutoramento. Dirce Suertegaray, em entrevista revela que ao assumir a História como uma “única ciência” foi: “Algo que me deu muita certeza do que eu talvez pudesse caminhar por aí(...) por isso que eu digo que é um campo de vista filosófico por que não é um método. Tem um método embutido, mas ao mesmo tempo é uma expressão sintética do pensamento do Marx e do Engels nesse livro que indicava um caminho”.

Esta leitura iluminou os processos que estabelecem a relação entre homem e natureza por meio do trabalho, que se realiza concretamente como História. Para Suertegaray²¹ ao delimitar a História como uma “única ciência”, a partir de Marx, permite-se que a História possa ser entendida como história natural e como história social, só que ao “contar” a história social não podemos desconsiderar que nesse processo através do trabalho humano se dá uma socialização da natureza, que na qualidade de natureza socializada se transforma pelo trabalho em segunda natureza. Ao mesmo tempo que há uma transformação na natureza em segunda natureza, há uma transformação do próprio homem enquanto natureza.

Portanto, consta este trabalho na busca da interpretação do tema em dois níveis: o da análise geomorfológica propriamente dita e o da análise da articulação natureza X sociedade como objetivo de compreender a origem dos areais e as causas da expansão ou retração desse fenômeno. Trabalhou-se para atingir o primeiro objetivo em diferentes níveis escalares: o regional (região Sudoeste do RS) para apreender a compartimentação regional do relevo, bem como a ocorrência dos areais; o sub-regional objetivando a avaliação da gênese geomorfológica e o local, buscando a avaliação da dinâmica dos areais. Neste nível, foi escolhida uma “mancha” arenosa no município de Quaraí-RS. O segundo objetivo foi atingido mediante a análise da “formação territorial” a Sudoeste do estado, bem como das formas de apropriação e produção da natureza pelos proprietários rurais locais.²²

Suertegaray parte do pressuposto de que o processo de erosão e formação dos areais é de origem social, contudo, a partir dos estudos geomorfológicos (da natureza) e dos registros históricos, do processo de colonização portuguesa e de como se deu a distribuição das sesmarias da região de Quaraí (da sociedade), a autora atesta a existência dos areais anteriormente ao processo de formação econômica e social brasileira. Discute dialeticamente como se deu a apropriação/dominação daquela natureza, avaliando que é na escala da propriedade que se registram as ocorrências dos areais, no entanto,

21. SUERTEGARAY, op. cit.

22. Ibid, p. 17-8.

a existência destes se dá também noutra escala. Assim, é possível questionar profundamente a relação entre a sociedade e a natureza: como é que se dá historicamente o uso da terra? Como essa terra é trabalhada? Em suma, cabe refletir: como os areais foram **produzidos**?

A autora assinala a importância de compreender profundamente como a pecuária se espacializou nos areais: como é que os proprietários da região onde ocorrem os areais em Quaraí trabalharam a terra a partir da pecuária? Conclui que os areais são efetivamente naturais, que podem se expandir, por que é uma natureza “frágil”, do ponto de vista da dominação da natureza, mas na origem aqueles areais eram naturais e nesta condição de apropriação pela pecuária constituíram-se segunda natureza, de modo desigual e contraditório:

A apropriação do espaço, de forma diferenciada (**desigual**), promove igualmente uma forma diferenciada de articulação da natureza e ao mesmo tempo a recria. E isto ocorre ao nível da apropriação como recurso para reprodução da renda no caso dos fazendeiros e, ao nível de recurso de sobrevivência, no caso dos chacareiros. Uma transformação nas relações de trabalho mais recentemente introduziu regionalmente novas formas de trabalho com a intensificação dos arrendamentos para a agricultura, bem como uma maior capitalização através da constituição de cabanhas de produção. Não obstante, o Rincão do Areal, por constituir-se em área só recentemente valorizada, ainda representa um setor de produção tradicional.²³

A trajetória da natureza é hoje uma trajetória social ao nível local. O assoreamento do banhado (várzea) é um exemplo da **produção da natureza**. As consequências ecológicas disto não são reconhecidas pelos moradores e proprietários locais. Este assoreamento só é reconhecido ao nível da produção da renda. Cada banhado assoreado significa, do ponto de vista dos proprietários e moradores locais, possibilidades de incorporação ao pastoreio de áreas até então não aproveitadas. Não obstante, ao produzir, o homem reproduz a si e a natureza.²⁴

23. SUERTEGARAY, 1989, p. 30, grifo nosso.

24. SUERTEGARAY, loc. cit., grifo nosso. 25. SUERTEGARAY, 1987, p. 34, grifo nosso.

A questão amplia-se: então qual é a concepção forjada na geografia? Como podemos trabalhar com a natureza? Neste momento Suertegaray coloca em xeque tanto a geomorfologia e a geografia física como natureza quanto a teoria dos sistemas, questionando filosoficamente e na prática sua relação com o método.

Ao trabalhar a relação sociedade x natureza objetiva -se realizar uma análise que ultrapasse o limite da relação física do homem (indivíduo) com a natureza. Muda-se, ao buscar esta articulação, a escala de análise. Ao incorporar a natureza ao processo de formação do território esta adquire outra dimensão: a de recurso à formação da sociedade. Em vista disso, a **escala de análise adotada é a escala histórica (geográfica)**. Neste nível a dimensão geológica fica obscurecida.²⁵

Algumas considerações urgem neste momento: sua análise é revolucionada pela apropriação da centralidade da História, no entanto ainda não a assume como categoria filosófica, de Método em Marx.²⁶ A professora concebe a História como uma referência que explica a diferença (que virá a ser um componente desta relação) entre

25. SUERTEGARAY, 1987, p. 34, grifo nosso.

26. Em entrevista, Dirce reconhece a contradição do método: “ [...] quando vou trabalhar com a questão da desertificação, que depois eu vou propor esse conceito de arenização, parto desse pressuposto, mas operacionalmente se tu for observar a minha tese é dividida em dois grandes momentos: o primeiro momento eu vou trabalhar com a natureza a partir das ferramentas operacionais que a geomorfologia, ou as ciências, ou a geociências me davam para reconstruir aquela natureza e aí já tem um dado importante que ele passa sutilmente na minha tese é que no próprio título: “da natureza...”. Eu já falo em trajetória da natureza então isso é um indicativo talvez muito inicial de que eu me propunha a fazer um trabalho para além do relevo mesmo trabalhando com a natureza. Então eu estudo o relevo, a geomorfologia num contexto, como eu coloquei, da paisagem e da paisagem entendida de forma clássica como paisagem natural, num primeiro momento, num segundo momento, influenciada por essa leitura e por outras leituras do próprio Quaini da época, né, que era um geógrafo marxista, entre outras leituras, eu faço a conexão então, desta natureza que eu estudo num processo histórico. Eu busco compreender a gênese de constituição daquela natureza para observar efetivamente a partir dessa gênese se esses naturais já existiam antes da apropriação. Ou, não.”

duas formas: a forma da natureza e a forma da sociedade, a história se coloca como escala de tempo, que exige a mudança de escala de análise, escala entendida como dimensões.

Contraditoriamente, pela força da materialidade de sua tese, Suertegaray evidencia que escala é espaço e tempo: supera a unidade geomorfológica, supera a noção dos sistemas em interação, coloca uma geografia no lugar. No entanto, arrisca-se a dizer que ainda que situe estes processos na noção de Formação Econômica e Social, a escala está desarticulada de uma compreensão da História como processo movimentando-se e sendo movimentado em totalidade. Isso de nenhum modo “minimiza” sua contribuição teórica ao estabelecer a possibilidade de nova relação espaço-tempo na compreensão da relação entre sociedade e natureza, a ser considerada a partir da questão ambiental.

A geógrafa realiza em sua tese uma avaliação no sentido de reconstituir a natureza a partir de uma escala comum dentro do contexto dos estudos da natureza, a escala geológica, apresentando uma dimensão temporal e de certo modo, um ritmo; posteriormente, como necessidade explicativa, a natureza, compreendida também como produzida, se configura como paisagem historicamente determinada, estabelecida a partir do trabalho; realiza então a análise numa escala histórica, porque é um momento de apropriação pelo movimento da sociedade, especificamente da formação social econômica brasileira, fortalecida pelo encontro com a leitura geográfica de Milton Santos.²⁷

Enfatiza-se, para a compreensão da natureza, a dimensão histórica. Neste sentido, busca-se a interpretação das características geomorfológicas locais através da inserção destas em espaços cada vez mais amplos, consequentemente em escalas temporais mais remotas. Efetiva-se a compreensão da natureza pelo processo de formação. A investigação é feita ao nível da escala geológica, pois é esta que permite a compreensão da natureza propriamente dita.²⁸

27. Evidenciado em muitos momentos da tese de Doutorado.

28. SUERTEGARAY, 1989, p. 16-7, grifo nosso.

O que se deseja é estimular o entendimento de que o movimento de método na obra de Dirce Suertegaray desloca-se na relação entre o formal (a geografia física e a geomorfologia) e o dialético (a geografia), das formas aos conteúdos espaciais, da aparência ao fundamento,²⁹ sem abandonar suas partes constitutivas, trabalhando-as dialeticamente. Trata-se de um movimento crítico evidente em textos e palestras ao final dos anos 2000.

Ao indagar sobre a pertinência de uma “Geografia Física”, Suertegaray³⁰ corajosamente avalia os caminhos teóricos e metodológicos da própria geografia no que diz respeito ao debate sobre a relação entre sociedade e natureza, anunciando a **necessidade da Geografia**, pois “[...] a Geografia Física não se consolidou devido à fragmentação do conhecimento da natureza decorrente das práticas adotadas na construção científica, em particular, ao longo do século XX”. Como resultado, a autora “considera relevante reconstruir, na atualidade o conceito de natureza no âmbito da Geografia e buscar a unidade do conhecimento geográfico”.³¹

Nesse texto de 2009, Suertegaray entende que a conjunção entre sociedade e natureza não se realiza no trabalho científico da denominada Geografia Física, pois em seu processo de consolidação não constituiu uma teoria explicativa. Assinala que o debate teórico se centrou na defesa ora de uma relação entre geomorfologia e geografia física, ora no desenvolvimento de teorias geomorfológicas. Este fato se concretiza, por exemplo, na distinção entre o que seja o objeto da Geomorfologia e suas referências conceituais e teóricas em relação ao que se entende por Geografia Física, uma vez que as teorias geomorfológicas buscam uma explicação do relevo, uma fração da natureza, mas não da natureza em seu conjunto. Finalmente, a

29. Leitura fortemente influenciada pela discussão de método em Henri Lefebvre. LEFEBVRE, H. *Lógica formal/ lógica dialética*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

30. SUERTEGARAY, D. M. A. *Geografia Física e Geomorfologia: temas para debate*. Revista da ANPEGE, São Paulo, v. 5, n. 05, p. 17-26, 2009.

31. *Ibid.*, p. 17.

Geografia Física não superou o método positivista, ao utilizar-se da “teoria dos sistemas” como método.

Ao mesmo tempo em que se avança em termos metodológicos (não de método) ao propor uma análise integrada dos elementos físicos como Geografia Física, se mantém estes elementos (ou fenômenos) em separado da sociedade, propõe-se reunir os fenômenos físicos e posteriormente relacioná-los com a sociedade.

Dirce, porém, critica esse viés metodológico, ao perceber que

[m]uitos geógrafos viram no método sistêmico uma das possibilidades de entender a natureza de forma integrada e atribuíram à natureza uma dimensão sistêmica. Para estes, a natureza é sistêmica. Enquanto meu argumento é de que a natureza não é sistêmica, ela pode ser analisada sistemicamente.³²

A tendência de articulação entre os estudos da natureza e da sociedade se colocam como uma necessidade real, no entanto ao não alcançar uma teoria geográfica, a Geografia Física permanece concebendo-se como natureza. Embora seja fundamental realizar os estudos sobre a natureza é importante problematizar sua concepção, repensá-la e avaliar sua pertinência em relação aos problemas e/ou aos objetos atuais. É neste sentido que a questão ambiental se coloca como o problema a ser enfrentado concretamente por uma geografia conjuntiva, capaz de aproximar a Geografia Física e a Geomorfologia da sociedade, sobretudo problematizando e contribuindo com a gestão territorial:

[...] trata-se agora de pensar o território e muito das discussões atuais no contexto ambiental tem defendido a ideia de que as questões ambientais são antes questões territoriais. Em síntese, a tendência contemporânea de compreender os fenômenos conjuntivamente favorece a Geografia e dificulta a consolidação de uma construção teórica especificamente no campo da nossa antiga Geografia Física. Uma vez que a sociedade contemporânea diante de suas necessidades ultrapassou a dimensão do conhecimento nas suas especializações/purificações.³³

32. Ibid., p. 19.

33. Ibid., p. 23.

Portanto, não vislumbro sustentação teórica para a Geografia Física. Se permanecermos insistindo nela como estudo da natureza (em seu conjunto ou em seus fragmentos) em separado da sociedade, teremos respostas parciais para problemas complexos. Se formos dialogar com outros campos em particular as humanidades para desvendar questões relativas ao uso e a transformação da natureza, não seremos mais puramente naturais - seres geográficos é o que seremos.³⁴

Criticamente, Suertegaray avança sobre o entendimento de que não basta compreender os processos de auto-organização da natureza metodologicamente revelados pela paisagem, tampouco basta perceber que esta auto-organização vem sendo alterada pela forma de apropriação (dominação) da natureza pelo homem, é preciso superar a concepção de natureza e as condições de sua realização, discutir sua socialização:

Se anteriormente a pesquisa geomorfológica regional apresentava uma característica de cunho mais descritivo e genético, pois precisava conhecer os grandes domínios morfológicos (morfogênese), atualmente as pesquisas geomorfológicas têm tido uma preocupação maior com as questões ambientais de cunho local (morfodinâmica). Todavia, em muitos casos, não existe nesses estudos uma preocupação em discutir a forma de socialização do uso dos recursos naturais que vêm sendo transformados e modificados temporal e espacialmente. [...] Decifrar e mesmo redimensionar essas marcas exigem o reconhecimento de que muito dos problemas ambientais, como nos ensina Alier (2007), são conflitos ecológicos distributivos ou na expressão geográfica territoriais.³⁵

Sua reflexão provoca o seguinte questionamento: como transformar a concepção de natureza trabalhada na Geografia, assumindo a segunda natureza, para além da natureza como recurso natural? Assim, é preciso problematizar a “pureza da natureza” e a “pureza da sociedade” e da própria geografia: superar o entendimento do espaço como inócuo – o cenário ou o palco, sendo fundamental

34. Ibid., p. 24.

35. Loc. cit.

considerar o espaço como a “noção balizadora” da geografia, espaço tecnificado, espaço socializado, com Milton Santos, mas também compreender que a segunda natureza é uma outra natureza tecnificada, híbrida, transfigurada:

Esta reflexão leva-nos a pensar que os diferentes tempos (histórico e geológico), com o acelerado desenvolvimento científico, balizado pela intensificação de capital tecnológico são suplantados no momento atual pela sobreposição de vários tempos. Estes, ao se sobrepor, acabam deixando marcas nas paisagens/ territórios. Essas marcas na leitura ambiental podem ser decifradas como densificação técnica da natureza, transfiguração da natureza, natureza artificializada, enfim uma natureza socializada.³⁶

Geografia - natureza transfigurada

Ao situar a geografia como necessária, Suertegaray assume não ser possível discutir a relação entre sociedade e natureza por meio exclusivo de uma geomorfologia (“geográfica”) ou de uma geografia física, nem mesmo discutir a questão ambiental sem questionar a própria compreensão de natureza, assumir uma segunda natureza, produzida, socializada e em disputa.

Assumir a socialização da natureza é reconhecer a transformação do homem e da natureza criando uma realidade totalmente diferente, outra “natureza”, outro homem, outro espaço, outro tempo. É necessário, portanto, repensar três noções fundamentais: escala, tempo e espaço.

O espaço geográfico, a escala e o tempo

Um dos textos mais citados na Geografia brasileira, escrito pela professora Dirce Suertegaray, é Espaço geográfico uno e múltiplo,³⁷ que se transformou em uma referência pedagógica para trabalhar a noção de espaço.³⁸ São três os movimentos do texto: apresentar a

36. SUERTEGARAY, D. M. A. & NUNES, J. O. R. A natureza da geografia física na geografia. Revista Terra Livre, São Paulo, p. 11-24, 2001.

constituição do entendimento geográfico sobre espaço e os desdobramentos teóricos assumidos; sugerir um caminho metodológico que privilegie o trabalho com conceitos geográficos operacionais que articulem em múltiplas perspectivas a relação entre sociedade e natureza; e, por fim, estabelecer uma compreensão de espaço que contribua para o debate sobre a questão ambiental.

Portanto, entende-se que o foco deste texto é problematizar a contribuição da Geografia para o debate ambiental colocando o conceito de “Espaço Geográfico” como central para dialogar com o de ambiente. Para a autora, este é um conceito a ser enfrentado teoricamente pelos geógrafos, uma vez que não se trata de substituir a noção de “meio” por “ambiente”, mas de avaliar o alcance das estratégias analíticas utilizadas pelos geógrafos na discussão sobre o espaço para a compreensão dos processos de “transfiguração do natural e do social” que instituem uma questão ambiental.

Segundo Suertegaray,³⁹ urge constituir “um corpo referencial que expresse as possibilidades analíticas da Geografia” como contribuição da Geografia ao debate ambiental do século XXI. Para tanto, o caminho para a apropriação conceitual geográfica parte do reconhecimento do processo histórico do debate geográfico permitindo o acúmulo (não a evolução) de cada um dos conceitos operacionais e da “categoria” espaço, considerando inclusive a coexistência das diferentes perspectivas metodológicas trabalhadas na Geografia contemporânea.

Na história da ciência a geografia realiza uma conjunção entre o natural e o social constituindo um objeto de interface entre as ciências naturais e as ciências sociais, em diferentes momentos esta interface e o conteúdo geográfico expressa-se a

37. SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço geográfico uno e múltiplo. Scripta Nova: revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, 10p., 2001.

38. Importante destacar o amplo trabalho didático da autora na Geografia Brasileira, muitos de seus textos que partem de questões aparentemente simples, foram modificando o entendimento da geografia sobre natureza e sobre ambiente.

39. SUERTEGARAY, op. cit.

partir de seus conceitos operacionais: ‘Considero estes conceitos mais operacionais, pois visualizo neles uma perspectiva balizadora da Geografia sob diferentes óticas do espaço geográfico, ou seja, cada conceito expressa uma possibilidade de leitura de espaço geográfico delineando, portanto, um caminho metodológico’.⁴⁰

Duas questões são fundamentais neste processo: não estabelecer uma equivalência entre Espaço Geográfico e as demais categorias ou conceitos; e delimitar o alcance analítico de cada um deles. De fato, Suertegaray entende que: natureza, sociedade, tempo e espaço “expressam níveis de abstração diferenciados e, por consequência, possibilidades operacionais também diferenciadas”⁴¹, portanto, não são equivalentes analíticos da categoria espaço, nem representações da noção de espaço.

A reflexão sobre os debates e transformações teórico-metodológicas evidencia como os geógrafos desenvolveram as diferentes concepções de espaço e quais suas implicações analíticas, permitindo afirmar a centralidade da categoria espaço como fundamento para o trabalho analítico na geografia, que, para Suertegaray, (2001) se realiza concretamente a partir de conceitos operacionais, tais como: paisagem, território, lugar e ambiente. Dessa forma, a concepção assumida desta categoria pelo pesquisador fundamenta os demais conceitos trabalhados.

Neste sentido, Dirce Suertegaray procura situar no seio da própria Geografia estratégias de análise sobre a questão ambiental, uma vez que para compreender “o ambiente” a concepção de espaço não pode prescindir de uma perspectiva analítica conjuntiva:

Partimos então da seguinte consideração: a Geografia como área de conhecimento sempre expressou (desde sua autonomia) sua preocupação com a busca da compreensão da relação do homem com o meio (entendido como entorno natural). Neste sentido ela se diferenciou e se contrapôs às demais ciências, que por força de seus objetos e das

40. Ibid., p. 4.

41. Ibid., p. 0.

classificações, foram individualizadas em Ciências Naturais e Sociais. Este paradoxo acompanha a Geografia, ainda que hoje possa ser seu privilégio. Constitui um paradoxo, porque, na medida em que na Modernidade se expandiu a racionalidade e se constituiu a ciência moderna, o caminho foi a disjunção, a separação, a compartimentação do conhecimento; a divisão entre as ciências naturais e as ciências sociais. Em decorrência, a Geografia foi impossibilitada (pelo caminho que assumiu) de construção unitária e mesmo de um lugar preciso entre as ciências. Isto, nos parece, dificultou, para a Geografia, a construção de um método, pois propunha-se a unidade natureza-sociedade num contexto científico onde estas dimensões disjuntas perseguiram métodos diferentes. Hoje esta perspectiva de conjuntividade inicia seus alicerces, para além da Geografia no âmbito das demais ciências.⁴²

Para a autora, o espaço, considerado como a noção balizadora da Geografia, sendo o “conceito⁴³ mais abrangente, por consequência **o mais abstrato**”, coloca-se historicamente como alicerce teórico-conceitual que evidencia o esforço do trabalho geográfico no estabelecimento de uma análise conjuntiva no seio das ciências. Portanto, é preciso evidenciar a compreensão de outras categorias⁴⁴ indissociáveis, tais como tempo, natureza e sociedade, permitindo a problematização da realização do espaço como mera abstração.

Suertegaray (2001) evidencia na história do pensamento geográfico os caminhos teóricos percorridos para pensar a relação entre a sociedade e a natureza: a) na Geografia Clássica parte-se da constituição de uma relação homem e meio, ora naturalizando o homem, ora humanizando a natureza, bem como centrando sua preocupação mais na obra materializada, desvinculando as relações sociais da análise; b) na Geografia Crítica, “sob a ótica da apropriação” estabelece-se a natureza como recurso à produção, ainda que este entendimento forjado pelos geógrafos críticos avance ao discutir como

42. Ibid., p. 2.

43. No texto há passagens nas quais ora espaço é conceito, ora categoria, mas pelo conjunto do texto será entendido como categoria, como explicado pela autora na nota a seguir.

44. No texto, categoria é entendida como uma dimensão filosófica que produzem significado basicamente do sentido que adquirem no contexto de sistemas de pensamento determinados.

esta relação constitui um espaço entendido “como resultado das formas como os homens organizam sua vida e suas formas de produção” e “ampliou a visão social e econômica da constituição do espaço geográfico, mas limitou a possibilidade analítica da natureza em si, no seu corpo referencial”. Porém para a autora, apesar da grande contribuição para o debate conceitual, tal entendimento apresenta limites à compreensão da natureza que se realiza neste momento histórico.

É assim que, para ampliar esta compreensão sobre a natureza, Suertegaray assume, considerando diferentes momentos do pensamento do geógrafo Milton Santos, o espaço geográfico como "um sistema de objetos e um sistema de ações"⁴⁵ indissociável do tempo, portanto o espaço geográfico estabelece-se em uma relação espaço-tempo, como já se disse, indissociável, em que:

[...] o tempo é entendido como seta e ciclo, ou seja, o espaço geográfico se forma (no sentido de formação, origem) e se organiza (no sentido de funcionalidade), projetando-se como determinação ou como possibilidade. Esta projeção se faz por avanços (seta) e retornos (ciclo). Neste contexto, o espaço geográfico é a coexistência das formas herdadas (de uma outra funcionalidade), reconstruídas sob uma nova organização com formas novas em construção, ou seja, é a coexistência do passado e do presente ou de um passado reconstituído no presente. Esta concepção permite aos geógrafos, como faz Milton Santos (1997), propor uma nova concepção de tempo-espaço indissociável.⁴⁶

[...] Desta forma, num mesmo espaço coabitam tempos diferentes, tempos tecnológicos diferentes, resultando daí inserções diferentes do lugar no sistema ou na rede mundial (mundo globalizado), bem como resultando diferentes ritmos

45. (...) é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único na qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois cibernéticos fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. (SANTOS, 1997 apud SUERTEGARAY, 2001)

46. *Ibid.*, p. 3.

e coexistências nos lugares. Constituindo estas diferentes formas de coexistir, materializações diversas, por consequência espaço(s) geográfico(s) complexo(s) e carregado(s) de heranças e de novas possibilidades.⁴⁷

A leitura apresentada sugere aos geógrafos que a análise a ser enfrentada tenha como ponto de partida o processo de socialização da natureza, no qual a natureza é realizada como artificializada ou tecnificada. Isto se dá porque neste momento histórico é impossível abstrair as relações sociais e “pensar a natureza como primariamente natural, ou melhor como decorrente de processos que advêm exclusivamente de sua auto-organização”. Historicamente o homem constituiu formas de existência em diferentes espaços, em diferentes sociedades e em diferentes tempos, concretamente como ser natural e, ao mesmo tempo, como alguém oposto à natureza, alterando profundamente não somente a natureza (em seus processos auto-organizativos), mas também a própria natureza do homem.

Milton Santos (1997) qualifica a natureza denominando-a de natureza artificial ou tecnificada ou, ainda, natureza instrumental. Isto porque a técnica no seu estágio atual permite a intervenção, não só nas formas, como nos processos naturais. Alguns exemplos cabem para melhor ilustrar: a intervenção no ciclo circadiano de maneira generalizada, seja entre os homens, onde a necessidade do relógio na vida diária constitui um exemplo expressivo, seja entre os animais e vegetais através da aceleração nos processos de produção e reprodução destes para o consumo humano. Além deste exemplo, cabe registrar a constituição de sementes transgênicas, assim como a transmutação de animais (ovelha Dolly), entre tantos outros mais comumente lembrados, o efeito estufa e a camada de ozônio (na Climatologia), as águas superficiais contaminadas (na Hidrologia) e os depósitos tecnogênicos (na Geomorfologia e na Geologia). Tratar-se-ia a natureza, nesta circunstância, não mais como uma dimensão de interface com a sociedade, mas como uma dimensão de transmutação e transfiguração.⁴⁸

A ideia de Espaço Uno Múltiplo permite reforçar o espaço como

47. *Ibid.*, p. 4.

48. *Ibid.*, p. 8.

noção balizadora que possibilita a articulação entre conceitos operacionais - paisagem, lugar, território e ambiente - e as categorias espaço, tempo, sociedade e natureza sob uma ótica conjuntiva:

Isto porque cada um deles enfatiza uma dimensão da complexidade organizacional do espaço geográfico: o econômico/cultural (na paisagem), o político (no território), a existência objetiva e subjetiva (no lugar) e a transfiguração da natureza (no ambiente). Não obstante, nenhum deles prescinde das determinações expressas em uns e em outros.⁴⁹

Trata-se de um conceito que permite ampliar o debate geográfico sob diferentes enfoques e aproximando práticas geográficas.

Retornando à nossa representação como interface e transfiguração, podemos pensar o espaço geográfico como um todo uno e múltiplo aberto a múltiplas conexões que se expressam através dos diferentes conceitos já apresentados. Estes, ao mesmo tempo em que separam visões, também as unem. Ela expressa no círculo a ideia de espaço geográfico aqui setorizado em quatro partes. Cada parte representa a visão analítica privilegiada por um ou outro geógrafo.

Assim, temos nesta representação a expressão da possibilidade de diferentes leituras. Não obstante, o espaço geográfico é dinâmico. Sua dinâmica é representada pelo movimento, o girar do círculo. Este giro expressa a ideia: um todo uno, múltiplo e complexo. Esta representação é elaborada no sentido de expressar a concepção de que: o espaço geográfico pode ser lido através do conceito de paisagem e ou território, e ou lugar, e ou ambiente; sem desconhecermos que cada uma dessas dimensões está contida em todas as demais.

Paisagens contêm territórios que contêm lugares que contêm ambientes valendo, para cada um, todas as conexões possíveis.⁵⁰

A leitura deste texto parece nos remeter a uma preocupação epistemológica, no que diz respeito às estratégias de análise, mais do que aos problemas que devem ser enfrentados no debate ambiental.

49. Ibid., p. 9.

50. Ibid., p. 8.

Aparentemente, o entendimento da noção de espaço situa-se como forma, ao expressar o espaço como categoria analítica que pode ser visibilizada por conceitos operacionais. A escolha conceitual não está evidente na relação com a problemática, mas com o recorte operacional. Portanto, o espaço neste texto é colocado como abstrato, no entanto, é a necessidade do momento da abstração.

A obra da geógrafa permite afirmar que a Geografia tem um papel importante no conjunto da produção do conhecimento, por isso precisa demarcar sua contribuição. Focar na noção de espaço, na relação com os demais conceitos operacionais, possibilita estabelecer uma relação concreta entre conceitos-categoria (filosófica e concreta, a condição material da vida).

Desse modo, o espaço geográfico, para Dirce Suertegaray, coloca-se como material, relação material, produto das relações econômicas e sociais e que se expressa pela forma, mas que se expressa, ainda, no que vemos e vivemos. Em qualquer escala, seja na escala de um bairro, seja na de uma casa, de uma cidade ou de uma região, o espaço geográfico pode ser compreendido sob diferentes conceitos geográficos, tais como paisagem, região, território, e... ambiente.

Ao cultivar a noção de ambiente a partir da Geografia, o espaço geográfico é a noção balizadora, e o Espaço é categoria da existência. Para a autora, é como se na análise fossem extraídos os constituintes que explicarão como a produção da natureza implica uma transfiguração da natureza e que, por sua vez, gera problemas na vida humana. Para tanto, por exemplo, é possível associar outras escalas, a fim de compreender como se realiza no território ou na formação econômico social. Não há recortes de conceitos, eles podem se interpenetrar e constituir um corpus explicativo, de acordo com as relações que os constituem (política, econômica, cultural ou socialmente). Há, portanto, diferenças entre: espaço, espaço geográfico e ambiente.

Cada conceito permite então filtrar no espaço uma análise, como

um ponto de partida, uma particularização espacial, o que não significa um recorte estanque, mas a cada conceito há um critério e locus analítico. Este entendimento parece operar certa cisão no movimento de método, pois ao mesmo tempo que relação, são ferramentas analíticas. No entanto, expressam e realizam o real. Durante nossa entrevista, Dirce Suertegaray deixa explícito este entendimento:

[...] a chuva ácida, uma coisa é tu entender que o processo é aquilo que nós falamos natureza, o processo é a precipitação, mas cabe ao geógrafo estudar precipitação ou a chuva precipitada que... Que é ácida, que é isso, que é aquilo... Uma série de coisas que eu acho que são a expressão material hoje da impossibilidade que nós temos de separar e nesse sentido eu concordo com Latour, a história dos híbridos. Porque é tudo tão imbricado, que se tu purificar... Tu não interpreta mais a coisa. Acho que a questão ambiental passa por isso. É tudo tão imbricado que não tem de separar.⁵¹

Desse modo, a questão ambiental pode estar estruturada no conceito de ambiente, cabe ao geógrafo avaliar o que é necessário à geografia para contribuir efetivamente para o debate sobre essa questão:

Para muitos o ambiente não é um conceito geográfico, como muitos outros já clássicos da geografia, no entanto a geografia dentro do campo dessa questão ambiental pode trabalhar o ambiental em uma perspectiva de reconstrução deste conceito numa leitura geográfica. Porque eu concordo com o Milton, trazido da biologia como ele é, é uma metáfora para nós.

Pode avaliar os impactos, as consequências ou as derivações, como diz o professor Carlos Augusto, as transfigurações, como um conceito que eu uso, em relação à natureza, mas é preciso que, entendido isso, eu compreenda como é que isso decorre ou influencia na vida humana. Porque se não interessa ao geógrafo a condição de existência, qual é o sentido da geografia? Qual é o sentido da geografia se eu vou apenas fazer uma análise química da água e dizer que a água com base na resolução do Conama é classificada assim? Isso a química faz, os ecólogos fazem, nós podemos fazer isso, não

51. Entrevista realizada em Porto Alegre no dia 19 de maio de 2019.

quero dizer que não faça, nós podemos fazer, mas reconhecido isso o quê que isso interfere na nossa condição de existência? Objetivamente e por quê? Porque que essa população (X) está mais vulnerável a isso do que outras? Agora mesmo essa coisa da água poluída, agora quem tem mil condições para beber outras águas não vai... Não vai sofrer esses impactos aí dessas águas, todas contaminadas, e aí eu acho que entra uma questão da escala... Não entra?

Nós temos que ter condições de compreender as escalas de determinação da nossa vida. Da nossa vida cotidiana ou da nossa vida... Mas ao mesmo tempo nós temos que saber entender isso para compreender a nossa própria existência e o quê que isso está nos limitando, nos controlando, nos impedindo de viver, nos... Até nos matando... Para mim é isso a geografia, é claro que um único geógrafo não pode abarcar tudo isso. É difícil mesmo.⁵²

A polêmica subjacente ao texto *O espaço uno e o múltiplo*⁵³ provoca a necessidade de posicionar o debate teórico e conceitual da geografia nesse tempo histórico,⁵⁴ a partir do reconhecimento de que

52. Entrevista realizada em Porto Alegre no dia 19 de maio de 2019.

53. SUERTEGARAY, 2001.

54. Vale notificar que em entrevista (19/05/2019) Dirce reforça a necessidade de a Geografia também voltar a si mesma, no sentido de procurar como se realizou historicamente, para que possamos continuar fortalecendo nossos entendimentos, em acúmulo: "Aí vem a história da complexidade, por que que eu entrei no Morin e falei da complexidade e de certa forma agora eu já estou levando para outro lado? Porque continuo tentando sempre resgatar a história, o movimento da geografia, o quê que ela trouxe, o quê que pode ser presente pra nós? Quando eu li Morin e a complexidade, é claro.... Toda aquela questão posta por ele, o híbrido e a necessidade de articulação natureza e sociedade, sujeito objeto, enfim tudo aquilo, realmente na hora a gente se impacta com aquilo, escrevi até um texto sobre educação. Depois pensando mais sobre isso, eu fiquei pensando, bom, em primeiro lugar o quê que é, em síntese, complexidade? Eu venho dos complexos que é o que é tecer junto, tecer junto é estabelecer conexões, conexões é um princípio da geografia. O Morin já disse que se existem duas ciências do complexo, uma é a geografia e a outra é ecologia, então eu te pergunto, por que é que nós precisamos... Sabe? Ir ao Morin para voltar a nós? E aí é uma crítica que eu faço, a gente vai muito aos outros e não... E o Milton Santos dizia, e não faz uma reconstituição a partir do nosso processo, do nosso movimento, para ver o que é que já foi dito pela geografia e ter validade dito de outra forma hoje...".

existem conceitos fundamentais para produzir a geografia hoje, mas que a elaboração teórico-metodológica desses conceitos realizar-se-á de formas diferentes. Por exemplo, a perspectiva da presente leitura entende que o território, o lugar, a paisagem não são apenas abstrações conceituais. O território, por exemplo, é uma abstração concreta da necessidade política, da delimitação do Estado-Nação, suas demarcações, como a fronteira, são materiais: tem um marco, além do mapa, tem um rio, tem uma placa, no entanto, é porosa, fluida, é uma relação social, material, concreta. Assim, urge pensar o mundo no qual vivemos: não há retorno, não há como pensar uma natureza pura e uma sociedade pura. Assim, se os híbridos são um produto da contradição de destruição e produção da natureza, como enfrentar esta realidade histórica? Qual é o conteúdo desta natureza transfigurada? Para além do que é, é o que queremos que seja? A quem cabe sua produção e sua socialização?

Soma-se a essas questões a necessidade suscitada pela Geografia Crítica, reconhecendo que há diferentes perspectivas teórico-metodológicas e que produzem diferentes formas de realizar a e/ou diferentes geografias, de modo que é preciso fomentar o compromisso político com o fazer geográfico.

O híbrido como possibilidade e necessidade no modo de produção capitalista

Conforme já desenvolvido anteriormente, a superação da relação entre elementos puros (a natureza e a sociedade) realiza-se na obra de Suertegaray no movimento contínuo do pensamento dialético, assumindo a lógica formal como existente (a forma como expressão da realidade) e a lógica dialética como necessária: há uma produção da natureza, uma natureza tecnicada/transfigurada, produção, portanto, de sociedades e naturezas.

Há um tempo não nos permitíamos imaginar uma intervenção no “ciclo circadiano” de maneira generalizada como hoje observamos, seja entre os homens, onde a necessidade do relógio na vida diária constitui um exemplo expressivo, seja

entre os animais e vegetais através da aceleração nos processos de produção e reprodução destes para o consumo humano". (Suertegaray, 2005). Como também, não nos permitíamos observar e pensar sobre o significado dos clones e ou transgênicos ou mesmo, o efeito estufa, a rarefação da camada de ozônio, a contaminação das águas, a formação de depósitos e feições tecnogênicas. Da mesma forma não nos chamaria atenção a transformação do corpo (que seria no contexto da filosofia judaico-cristã o natural no homem), em figuras construídas a base de próteses e intervenções cirúrgicas para celebrar a beleza e a longevidade. Esses e tantos outros exemplos nos permitem hoje, dados sua objetivação, pensar e para muitos afirmar que a natureza não é mais natural.⁵⁵

Filosoficamente, marcada pela geomorfologia e geografia clássica, Dirce Suertegaray reflete, discute e realiza suas análises e interpretações a partir do material, que não se realiza fora do real. A natureza, tal qual se apresenta, traz também uma necessidade explicativa, de concepção, de maneira que, dialeticamente, a necessidade da compreensão se coloca como uma necessidade da práxis: de que natureza estamos falando? De que homem? De qual geografia? Qual é a condição espacial?

Não temos ainda conceitos que expressem ou deem significado às mudanças. [...] "O termo transfiguração aqui adotado é entendido conforme apresenta Maffesoli (1995) "transfiguração é a passagem de uma figura para a outra. Além disso, ela é de uma certa maneira, mesmo que mínima, próxima da posse". (Maffesoli, 1995). Assim, uma natureza possuída pelo homem transfigura-se, adquire uma outra dimensão. (Suertegaray, 2000). Cabe registrar que o uso do termo transfiguração já tinha sido adotado por Reclus, para se referir a dominação da natureza pelo homem, na sua obra *L'homme et la Terre* comentada por Béatrice Giblin (1998). A construção do conceito de natureza tem, portanto, uma dimensão que se expressa pelo poder. Há um tempo o poder de separá-la e dividi-la para melhor dela se apropriar. Na atualidade, o poder de uni-la e subordiná-la na constituição de novas formas/objetos. Este poder não é absoluto, dirão alguns. Sim, não é absoluto, mas o que desejo expressar é o sentido dado à natureza em nossa sociedade/cultura, trata-se de algo a ser subjugado, transfigurado. Este processo resulta em questões de ordem ambiental, embora não somente.⁵⁶

55. SUERTEGARAY, 2009, p. 20.

56. *Ibid.*, p. 21.

Suertegaray irá buscar no campo da cultura a compreensão do significado e sentido da concepção de natureza. Neste momento, a autora entende que “a natureza é, para além de natureza, um conceito sobre uma materialidade que ao tomarmos consciência dela” a denominamos e a concebemos, à maneira do pensamento de Elisée Reclus, para quem o “homem é a natureza adquirindo consciência de si próprio”. Portanto, cada concepção de natureza se realiza em determinado período histórico. Por exemplo, no caso da modernidade, com os interesses que se tinha, havia uma concepção de separação, disjunção, um entendimento imbricado na relação de natureza com homem, como externalidade, dada por Deus. A possibilidade de forjar diferentes concepções de natureza em diferentes momentos históricos só se concretiza na diferença dos povos, portanto, da cultura.

Essa incursão não nega uma compreensão da produção da natureza, mas coloca em questão como a sociedade lida com a natureza que produz. Entende que a cultura se constitui a partir da nossa condição material de existência e que nós produzimos maneiras de ser e maneiras de fazer e, portanto, de cultura. Esta leitura aproximará a geógrafa de Bruno Latour, para o qual é fundamental realizar uma crítica à modernidade, sobretudo das dicotomias que realiza, para o avanço na concepção da natureza.

[...] a compreensão fragmentada da realidade que caracterizou a Modernidade, apresentada em Latour (1994) como purificação do conhecimento, favoreceu a “separação total dos humanos e dos não humanos e por simultaneamente anular esta separação, a Constituição tornou os modernos invencíveis”. [...] É esta invencibilidade segundo o autor que permitiu que os modernos introduzissem “milhares de objetos naturais no corpo social dotando-o da solidez das coisas naturais”.⁵⁷

57. Ibid., p. 43.

Beber em Latour e entender que a concepção de natureza provém da cultura,⁵⁸ é também filosoficamente assumir além da necessidade de concepção, compreender a natureza como uma síntese das múltiplas determinações, “o concreto pensado”. Apesar de não dizer explicitamente em seus textos, em falas e debates Dirce Suertegaray procura movimentar a própria teoria, problematizando o conceito como produto de uma ideia ou mera abstração.

O conceito é uma força explicativa, quando por exemplo, estabelece a noção de arenização, busca expressar uma necessidade de pensar esse concreto, que é por sua vez, síntese de múltiplas determinações, ainda que não sejamos capazes de alcançar todas elas.

Todavia, para a pesquisadora, existe uma “dimensão” ainda dessa natureza que se produz independente da nossa intencionalidade, ou de nosso controle. O homem é ainda natureza porque se reproduz (em nível celular, por exemplo) sem uma intencionalidade, por outro lado eu não é mais. Assim, uma questão se coloca: a geografia deverá preocupar-se com a **relação** entre sociedade e natureza ou com sua **produção**? Ou com o **processo de socialização**?

Entende-se que há um deslocamento da leitura radicalmente crítica, uma vez que centra sua preocupação no conteúdo desta natureza, deixando de lado a problematização sobre o controle social

58. Em nossa entrevista Dirce Suertegaray diz que a experiência como professora, provocada pelos estudantes, conduziu à necessidade de expressar o conteúdo desta segunda natureza, pois para eles era preciso realizar uma diferenciação teórico-conceitual entre a sociedade e a natureza: “O que é natureza e o quê que é sociedade? No momento de fortalecimento da teoria da complexidade de Edgar Morin, estes questionamentos conduzem suas leituras e reflexões a dimensão cultural: então tudo é sociedade, se a natureza é produto, tudo é sociedade, então não tem mais porque pensar ou construir esse conceito de natureza? Por outro lado, as leituras do campo da biologia afirmavam: “Não, mas o homem é natureza”. Então se eu concebo o homem como natureza e tudo é natural, todo social é natural, o que é uma biologização da questão? É preciso ter uma diferenciação, no campo da construção do conhecimento é preciso ter uma diferenciação, não posso dizer que tudo se transforma em segunda natureza, não há mais natureza, portanto, o conceito”.

da produção desta natureza. Sobretudo, pouco discute o conflituoso e contraditório processo de socialização da natureza e o híbrido como necessidade do modo de produção capitalista.

Em seus escritos mais recente há uma evidência de que se entende dois processos contraditórios: de produção e de reprodução da natureza, em que há uma produção da natureza sem intencionalidade humana e existe uma produção da natureza com intencionalidade humana. Para a autora, se a natureza é produto ou relação através do trabalho da sociedade, com a sociedade ou com o homem através do trabalho, o que, então, é a natureza? Natureza é tudo aquilo que é construído/produzido, agora sim produção, tudo aquilo que é produzido sem a intencionalidade humana, inclusive nós mesmos. A natureza é materialidade identificada conceitualmente como natureza.

Assim, compreender a natureza é premente à compreensão, e transformação, sobre as condições materiais da nossa existência. Neste sentido, o reconhecimento do acaso (uma natureza que “age” independente da nossa vontade) nos obriga repensar a relação entre a compreensão radical das condições da existência do homem, que deve considerar as necessidades socialmente produzidas, e, a necessidade da manutenção da sobrevivência de toda a humanidade, para quiçá vislumbrar um processo emancipatório.

Urge pensar a emergência da questão da escala, uma vez que a natureza neste tempo histórico é produzida em escala mundial e, conforme já anunciado pelo geógrafo Neil Smith (1988)⁵⁹, é uma necessidade do capital. Para sobreviver no mundo totalizante que tem controlado todas as nossas necessidades e, portanto, a nossa condição da existência, como pensar, esta natureza que é independente de nós? Numa vida em que cotidianamente cada vez mais esses processos, que são aparentemente independentes de nós, estão sendo controlados e retirados para manutenção da nossa própria existência. Portanto,

59. SMITH, N. Desenvolvimento desigual: natureza, Capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

pensando também com Neil Smith,⁶⁰ a questão ambiental se coloca como um limite da nossa existência. Reforçando que estudar a natureza, pensar a natureza, discutir a natureza, se faz por uma necessidade de se pensar os limites da nossa sobrevivência.

Nesse sentido, pensar com Neil Smith (1988) é considerar que é mister compreender como a produção desigual do espaço ilumina o papel político da escala, num processo contraditório de “igualização” e diferenciação espacial, que necessita da criação, recriação da natureza no processo de valorização. Neste sentido, se ao mesmo tempo por uma necessidade filosófica e de posicionamento político por dentro das ciências da natureza, é preciso reconhecer que existe uma dimensão na natureza, que independe da nossa vontade, por outro lado, se o homem é natureza, a natureza não falaria do nosso limite do existir no mundo de hoje? Será que não é um caminho para pensar o acaso sem naturalizar a sociabilidade do homem? Sem tornar esse acaso como algo “etéreo”, que paira como algo que externo ao homem? Porque quando se retorna a afirmação de que o homem é natureza, independente da sua vontade, parece que é um retorno à ideia da natureza como palco.

Não seria importante ir ao encontro da relevância em compreender a natureza como necessidade de se pensar o limite, o limite da condição da nossa existência, o limite do modo de produção capitalista? Não seria um caminho que a questão ambiental coloca?

O debate aqui levantado fortalece uma leitura em direção a problematizar não apenas os limites da nossa existência, mas também questiona quais são as necessidades fundamentais da (e para) nossa existência, colocando em xeque o modo de produção capitalista. Como sugere Neil Smith, trata-se de apropriar-se da produção desta natureza problematizando o que é ou não socialmente necessário, bem como o que é ou não valor.

60. A obra de Dirce Suertegaray, até então, não explora a leitura de Neil Smith, no entanto é possível tecer muitas aproximações de leituras no sentido do fortalecimento do caminho crítico.

Tão logo os seres humanos se separam dos animais, começando a produzir seus próprios meios de subsistência, eles começaram a mover-se mais e mais próximos ao centro da natureza. Através do trabalho humano e da produção da natureza na escala global, a sociedade humana colocou-se no centro da natureza. Desejar coisa diferente é nostálgico. Precisamente esta centralidade na natureza é que impulsiona a louca busca do capital, realmente para controlar a natureza, mas a ideia de controle sobre a natureza é um sonho. É o sonho acalentado cada noite pelo capital e suas classes, em preparação para o próximo dia de trabalho. Verdadeiramente humano, o controle social sobre a produção da natureza, contudo, é o sonho realizável do socialismo.⁶¹

Assim, a questão ambiental emerge como fundamental e não mais como contradição secundária. Na já mencionada entrevista, Dirce Suertegaray novamente provoca:

Vindo do campo da natureza, é muito claro, nós não sobreviveremos fora da natureza, com uma natureza como vem sendo produzida, que inclusive nos impede a vida. A natureza que se transfigura poderá se constituir enquanto segunda, de uma outra forma, agora, dentro desse contexto é que está o nosso limite, até que limite nós, enquanto natureza, teremos espaço de sobrevivência em função das necessidades que temos com uma espécie natural de sobrevivência?

Se sim, há uma compreensão de que vivemos um momento da produção da natureza porque também vivemos um momento da produção de novas relações de existir, Suertegaray assinala um caminho para a superação do debate formal sobre a concepção da natureza (forjado no diálogo com concepções idealista da natureza em Latour e Morin), alcançando sua realização.⁶²

61. SMITH, op. cit., p. 107.

62. Entrevista realizada em Porto Alegre no dia 19 de maio de 2019.

Considerações Finais

Da natureza como forma, expressão do real, à natureza como uma concepção da cultura (ou social e historicamente determinada), Suertegaray aproxima-se concretamente da natureza como produção. Estamos diante de um caminho que não se realiza em linha reta, mas em avanços e recuos contínuos, pertinentes e coerentes aos desafios e problemáticas que surgem ao longo de sua trajetória.

A pesquisadora movimenta-se, assim, partindo de uma leitura material, empírica, a partir da Geografia Clássica, determinada pela forma e tendo como centralidade a geomorfologia. Ela debate com a apropriação/dominação material dos sistemas de interações dos conhecimentos e problemas referentes à dinâmica da natureza, negando a necessidade do controle para a gestão da natureza, assinalando a perspectiva política como fundamental para o trabalho do geógrafo e negando, por fim, a Geografia Física como natureza.

Em busca de problematizar o entendimento de natureza que se tem da Geografia, avalia que há uma concepção de natureza determinada, neste tempo histórico, a partir da crítica à modernidade, e alcança que a natureza concebida (nesta “concepção”) é forjada na intencionalidade humana sob certa perspectiva de cultura, mas também se auto-organiza e é vida (é biologia e cultura). Recentemente, ela retorna a bases materialistas, estabelece um entendimento de cultura que se produz em diferentes tempos e espaços, compreende que esta natureza é produzida, neste tempo histórico, a partir de três movimentos que realizam a natureza como híbrida: uma natureza que se produz independente da nossa intencionalidade; uma natureza que se produz a partir da nossa intencionalidade e uma natureza que se produz ao mesmo tempo independente da nossa intencionalidade, mas que já foi transfigurada pela sua socialização.

Suertegaray veementemente provoca a Geografia a posicionar-se, portanto avançar no fortalecimento da compreensão da questão ambiental como não apenas uma contradição secundária do modo de

produção capitalista, mas como fundamental no sentido de problematizar o limite das nossas condições de existência, de trabalho e da própria vida.

Acompanhar este movimento indica que Dirce Suertegaray buscou ao longo de sua trajetória de pesquisa compreender a relação entre sociedade e natureza fundamentada em base materialista e histórica, colocando-se vivamente no debate sobre a relação entre os conhecimentos necessários ao entendimento da natureza e os conhecimentos fundamentais para a transformação da nossa realidade social e ambiental, atuando na porosidade das fronteiras do conhecimento ao buscar um entendimento de natureza e ambiente em diálogo com autores de diferentes perspectivas teórico-metodológicas, modernos e pós-modernos, como necessidade de uma interlocução concreta, para a constituição de um caminho investigativo pertinente, coerente e consistente. Da análise à interpretação, o híbrido se realiza como necessidade e como possibilidade para avançar na interpretação e no método.

Ao longo de sua obra fica evidente que seus referenciais partem da Geografia Clássica, e a autora não renuncia a categorias e conceitos clássicos, ao contrário, problematiza-os e fortalece-os. Como marca, constitui-se a centralidade da paisagem em suas investigações, minuciosamente descrita e analisada no que diz respeito aos processos auto-organizativos da natureza, ponto de partida para a compreensão dos processos de constituição da natureza tecnificada (ou artificializada) em sua socialização como natureza híbrida, que define, delimita e evidencia a questão ambiental produto e produção de um processo de transfiguração da natureza.

Estabelece, portanto, no processo investigativo da relação entre homem e natureza, o debate sobre os desencontros dos ritmos de tempos e a desigualdade do processo de apropriação espacial para a produção capitalista: a socialização da natureza se realiza por meio de um processo de “hibridização” e da aceleração do tempo, portanto da transfiguração da natureza, da sociedade, da própria vida.

Compreender as escolhas teóricas feitas por Dirce Suertegaray permite desvendar múltiplas chaves interpretativas na elaboração de sua concepção de natureza e discussão sobre a questão ambiental, sob a ótica da geografia.

Entende-se que a pesquisadora opta por não assumir a centralidade do método em seu processo de investigação, opta por problematizar a epistemologia da geografia, considerando o acúmulo da contribuição no debate ambiental. Compreende seu caminho como um processo dialógico de liberdade, para que se possa estabelecer diferentes interlocuções com autores que partem de referenciais filosóficos radicalmente opostos à leitura marxiana, indicando o caminho que se faz ao caminhar, com quem debate as questões que a autora quer enfrentar. Neste sentido, o trabalho de Dirce Suertegaray certamente marca uma contribuição fundamental para a leitura crítica na Geografia.

Referências

- LEFEBVRE, H. **Lógica formal/ lógica dialética**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- PEDROSO, L. C. Janus, deus romano do passado e do futuro. **Blog Construindo História** Hoje. 23 mar. 2013. Disponível em: <<https://construindohistoriahoje.blogspot.com/2013/03/janus-deus-romano-do-passado-e-do-futuro.html>>. Acesso em 05 fev. 2020.
- SILVA, G. L. da. **Janus petrificado: autoridade, alteridade e estados normopáticos**. 2014. 196 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/211/1/gilberto_lucio_silva.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2020.
- SMITH, N. **Desenvolvimento desigual: natureza**, Capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SUERTEGARAY, D. M. A. A trajetória da natureza: um estudo geomorfológico sobre os areais de Quaraí – RS: uma síntese. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 17, p. 16-31, out.

1989. Disponível em:
<<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38002/24484>>. Acesso em: 27 out. 2019.
- SUERTEGARAY, D. M. A. Notas sobre epistemologia da Geografia. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis, 63p., maio 2005.
- SUERTEGARAY, D. M. A. Tempos longos... tempos curtos... na análise da natureza. **GEOGRAFARES**, Vitória, n. 3, p. 159-163, jun. 2002.
- SUERTEGARAY, D. M. A. & NUNES, J. O. R. A natureza da geografia física na geografia. **Revista Terra Livre**, São Paulo, p. 11-24, 2001.
- SUERTEGARAY, D. M. A. A ação antrópica como agente geomorfológico: um estudo na bacia do rio Toropi – RS. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, p. 10-17, maio 1983. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37646/24296>. Acesso em: 27 out. 2019.
- SUERTEGARAY, D. M. A. **Deserto Grande do Sul**: controvérsia. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.
- SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço geográfico uno e múltiplo. **Scripta Nova**: revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, 10p. 2001.
- SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia Física e Geomorfologia: temas para debate. **Revista da ANPEGE**, São Paulo, v. 5, n. 05, p. 17-26, 2009.
- SUERTEGARAY, D. M. A.; SILVA, L. A. P. da; GUASSELLI, L. A. (org.) **Arenização**: natureza socializada. Porto Alegre: Compasso, 2012.
- TROLL, C. A paisagem geográfica e sua investigação. **Revista Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 4, 1997 [1950]. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6770/4823>>. Acesso em: 06 jan. 2020.
- VILLELA, K. **Janus e o início de um novo ciclo**. Instituto Jungiano de Ensino e Pesquisa. 15 jun. 2019. Disponível em: <<https://ijep.com.br/artigos/show/janus-e-o-inicio-de-um-novo-ciclo>>. Acesso em: 05 fev. 2020.